



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 009 - SÁBADO, 28 DE JANEIRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna Vice-Líderes do PMDB (vago) ⁽³⁾ (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT	Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro Vice-Líder do PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB (vago) LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL / PSDB) – 31	LÍDER José Jorge – PFL Vice-Líderes Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azaredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 14-12-2005

(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

(2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006.

(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005.

(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005 seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da tribuna, em 26.10.2005 que deixou de integrar o P-Sol.

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 583, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2006

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de agosto de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul – ACICOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 20, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul – ACICOM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Gurinhatãense – Rádio Novo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 562, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Gurinhatãense – Rádio Novo Horizonte a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Sistema Brasileiro de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à SBC – Sistema Brasileiro de Comunicação Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Mensageiros da Paz de Iepê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iepê, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.848, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 634, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Mensageiros da Paz de Iepê a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iepê, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima “AMACCI” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 89, de 23 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima “AMACCI” a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Centro de Assistência Social e Educacional “John F. Kennedy” (CASE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 19, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Centro de Assistência Social e Educacional “John F. Kennedy” (CASE) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São José de Lagoa Grande do Maranhão – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Grande do Maranhão, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 245, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária São José de Lagoa Grande do Maranhão – MA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Grande do Maranhão, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Organização Cultural e Ecológica De Missal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Missal, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 320, de 30 de agosto de 2004, que autoriza a Organização Cultural e Ecológica de Missal a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Missal, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Repouso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 152, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Repouso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 768, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2006

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cuiabá Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de maio de 1996, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Cultura de Cuiabá Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itaiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaí, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 50, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Itaiense a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Educacional e Cultural – Interativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medianeira, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 167, de 16 de abril de 2004, alterada pela Portaria nº 411, de 12 de novembro de 2004, que autoriza a Associação Educacional e Cultural – Interativa a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medianeira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Pedra Lavrada (AMPLA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 673, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação dos Moradores de Pedra Lavrada (AMPLA) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (ASMOAPE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 140, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (ASMOAPE) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Barreirinhas FM – ACRBFM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 224, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Barreirinhas FM – ACRBFM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abaíra – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaíra, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 380, de 25 de outubro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Abaíra – BA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaíra, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Martinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 698, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Martinópolis a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO ESPECIAL, EM 27 DE JANEIRO DE 2006	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a lembrar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, nos termos do Requerimento nº 48, de 2006, do Senador Luiz Otávio e outros Senhores Senadores.....	02369
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Ro- meu Tuma)	
1.2.2 – Oradores	
Senadora Serlys Slhessarenko	02369
Senador Sibá Machado	02375
Senador Mão Santa.....	02378
A Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena, associado-se às homenagens prestadas.	02380
Senador Paulo Paim	02380
Senador Luiz Otávio (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno).....	02384
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 25 e 26, de 2006.	02385
3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 154 a 164, de 2006.	02387

<u>SENADO FEDERAL</u>
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA
5 – SECRETARIA DE COMISSÕES
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER- MANENTES
8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR- LAMENTAR
9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER- CIDADÃ BERTHA LUTZ
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>
12 – CONSELHO DA ORDEM DO CON- GRESSO NACIONAL
13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL
14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN- TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 9^a Sessão Especial, em 27 de janeiro de 2006

5^a Sessão Legislativa Extraordinária da 52^a Legislatura

Presidência do Sr. Romeu Tuma e da Sr^a Heloísa Helena.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal que se destina a lembrar o dia Internacional em memória das vítimas do Holocausto, de acordo com o Requerimento nº 48, de 2006, do Sr. Senador Luiz Otávio e outros Srs. Senadores.

Hoje, provavelmente, é um dia de tristeza para a memória, que volta a algumas décadas nas quais infelizmente o Nazismo trouxe atrocidade ao povo judeu.

Quando na chefia da Polícia Federal, em São Paulo, Senadora Serys Slhessarenko que nos honra com sua presença, tive a oportunidade de conhecer alguns dos tipos de experiência praticada. A investigação do Caso Mengele, conhecido como o médico-monstro, nos permitiu o acesso àquela documentação, apreendida à época em que ele foi localizado morto por afogamento. Ou seja, recebeu o castigo de Deus sem que os homens pudesse condená-lo pelas atrocidades que praticou.

É claro que há um inconformismo daqueles que sobreviveram ao massacre no interior dos campos de concentração e que têm, até hoje, a amargura de não ter podido julgá-lo pelos crimes que praticou.

A atrocidade foi revelada em alguns documentos apreendidos, que se encontram no processo já julgado na Alemanha, para onde foram transferidos todos os dados necessários ao prosseguimento do processo que havia sido aberto naquele País.

O objetivo desta sessão especial de lembrança é evitar que hoje, num mundo tão conturbado, com tantas guerras envolvendo religião, poder econômico, petróleo, possa continuar na cabeça de meia dúzia de pessoas malformadas a possibilidade de se repetirem fatos como esse.

Mengele tinha em seu poder um trabalho filosófico sobre as experiências que fez, mas já em um campo espiritual. Infelizmente, escrito em alemão, tivemos a tradução apenas de alguns trechos. São documentos que se encontram no processo, inclusive nos arquivos, provavelmente do museu da escola de polícia, que deveriam ser consultados por filósofos para que fosse analisado o interior desse monstro que era um médico

e que achava que, por meio das suas experiências, poderia saber o limite da dor de um ser humano. Além disso, houve a eliminação sumária de pessoas, por meio das câmaras de gás que hoje servem de demonstração a turistas nos pontos onde os alemães as instalaram. Alemães que eu digo, os nazistas. Temos que respeitar o povo alemão que, cumprindo sua obrigação, processou aqueles que desvirtuaram o comportamento humano, no sentido de ter um poder sobre-humano, em que Hitler queria substituir Deus.

É com muita emoção que tenho a oportunidade de presidir esta sessão, no seu início, e passar a palavra à Senadora Serys Slhessarenko pelo Bloco de apoio ao Governo.

Antes, eu gostaria de dar as boas-vindas ao Prot von Kunow, Embaixador da Alemanha, a quem agradecemos, sensibilizados, pela presença; a Pedro Laurindo, Presidente da Haverimbril; ao Sr. William Soto Santiago, Diretor Internacional da Amisrael (Palmas); às demais autoridades que nos honram; e ao Jornalista Ben Abraham que é meu amigo – é um prazer recebê-lo aqui. Ben Abraham é um escritor que tem, permanentemente, investigado vários fatos ligados ao Holocausto. Agradeço muito ao Embaixador da Alemanha, aqui presente, por respeitar e reconhecer a reconstituição da memória. E hoje a Alemanha é respeitada porque cuida dos direitos humanos permanentemente na administração.

Ben Abraham, é um prazer poder recebê-lo entre nós. As nossas discussões – se eram ou não Mengele – já terminaram ao longo desse período.

Passo a palavra à nossa querida Senadora Serys Slhessarenko, pelo Bloco de apoio ao Governo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, autoridades aqui presentes, Sr. Embaixador da Alemanha, demais representantes de Embaixadas, uma saudação muito especial a todos os homens e mulheres presentes hoje nesta sessão e que, certamente, estão representando entidades organizadas.

Gostaríamos de não estar fazendo esta sessão, com certeza; que o Dia do Holocausto não existisse, porque o Holocausto não teria existido. Mas, infelizmente, existiu. Por isso, é importante que estejamos aqui e

que o Congresso Nacional e o Senado da República, por intermédio desta sessão, se manifestem, porque, como já disse muito bem o Senador Romeu Tuma que preside esta nossa sessão, os fatos precisam ser lembrados para não serem repetidos jamais.

Sr. Presidente, senhores e senhoras aqui presentes, estamos aqui reunidos até por uma Resolução da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, que, em novembro, estabeleceu a data de hoje, 27 de janeiro, como Data Mundial do Holocausto, em que devemos recordar os cerca de seis milhões de judeus assassinados durante o Holocausto promovido, naquele momento, pelo regime fascista durante a Segunda Guerra Mundial.

Entendo que não devemos fazer desta uma recordação burocrática, mas uma recordação que sirva para mobilizar nossos corações e nossas mentes contra todas as formas de preconceito, de discriminação, de xenofobia, de violência, que continuam a marcar este mundo de tantas injustiças.

Precisamos, senhores e senhoras, nos empenhar, decididamente, na construção de um mundo de Paz!

Esta sessão especial se constitui em um exemplo que o Senado Federal procura dar a todo o Brasil, na esperança de que esta reflexão e a lembrança dessa data se reproduzam pelo nosso País afora, nas assembléias legislativas, nas câmaras municipais, nas entidades de classe, nas organizações sindicais, nas associações comerciais, nos rotarys, nas maçonarias, nos grêmios estudantis, nas entidades comunitárias, nos clubes de mães, nas escolas, nas universidades, nas igrejas, mesmo dentro dos lares, enfim, em todos aqueles lugares em que se reúnem brasileiros e brasileiras para refletirem e encaminharem as tarefas que constituem nossas rotinas de vida.

Entendo que é preciso lembrar e lembrar e lembrar do Holocausto para que possamos, humildemente, reconhecendo as danações que marcam a nossa condição de seres humanos, nos capacitarmos para um relacionamento verdadeiramente fraterno com os nossos semelhantes.

Que a Fraternidade se afirme como uma utopia a inspirar nossas ações!

Vinte e sete de janeiro de 1945 foi o dia da libertação de todos aqueles que se encontravam prisioneiros no campo de extermínio de Auschwitz. Apresentada por Israel e apoiada por mais de 89 países, a resolução da ONU nos propõe que elaboremos programas de educação que marquem os ensinamentos do Holocausto no espírito das futuras gerações, para prevenir a ocorrência de futuros atos de genocídio.

O que me parece é que, diante de um tema como este, devemos nos postar com muita humildade, reconhecendo que, através dos tempos, homens e mulheres

dos mais diferentes países têm se deixado manchar com crimes como o genocídio, a limpeza étnica, o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo, e para purgarmos nossas almas da violência e dos crimes que vitimaram o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial, devemos assumir em nossas vidas um completo repúdio a todas as manifestações de intolerância, sejam elas religiosas, de incentivo ao ódio, de perseguição ou de violência contra pessoas ou comunidades por causas étnicas ou religiosas.

E quando digo que é importante recordar o Holocausto, entendo que é preciso que determinemos, com o máximo de clareza, o objetivo que deva ter essa nossa recordação à qual neste momento nos dedicamos. Ao mesmo tempo, devemos ter claro que não basta afirmar que aqueles que esquecem o passado provavelmente estão condenados a repeti-lo, porque isso não evita que aqueles que o recordam estejam, desde já, livres de repeti-lo.

Entendo que, para enfrentar este tema com espírito verdadeiramente desarmado, devemos começar reconhecendo que, nas malhas da História, através dos tempos, os seres humanos sempre se pautaram pela cultura da violência. Tanto que não foram poucos os filósofos e analistas que se detiveram sobre estas questões angustiantes: está o homem condenado à violência e à guerra? Será que essa gana que muitos sentem de avançar sobre o próximo, para fazer valer as suas vontades, já vem inscrita em nosso DNA ou em nossos hormônios?

Numa abordagem histórica, somos tentados a concluir que a violência é, de fato, a regra de muitas relações humanas ainda hoje. Arqueólogos e antropólogos encontraram evidências de militarismo em 95% das culturas que examinaram. Mesmo grupos outrora tidos como exceções, como os maias, os kungs do deserto Kalahari ou dos samoanos, revelaram-se, após uma avaliação mais minuciosa, tão violentos quanto o resto de nós.

É verdade que certas regiões já experimentaram períodos mais dilatados de paz. O mais extenso período de paz foi registrado na Antártida. Só que o continente gelado e desabitado não nos serve de exemplo por razões óbvias. A civilização minóica, que floresceu em Creta e adjacências entre 3000 a.C. e 1100 a.C. passou 1.500 anos sem travar nenhuma guerra. É verdade que a principal causa da bonança era a existência de uma poderosíssima marinha que nenhum outro povo ousava desafiar. De modo semelhante, o que foi, provavelmente, o único momento de paz “mundial” (na Europa e em partes da Ásia e da África), entre 100 d.C. e 200 d.C., esteve baseado no incontestável poderio das legiões romanas.

Antes de sucumbir e nos render a inelutabilidade da violência no gênero humano, convém perguntar se os exemplos que analisamos têm significância. A crer no Professor David Sloan Wilson, da Universidade Binghamton, de Nova Iorque, não. Como ele declarou, “quando você considera que foi há apenas 13 mil anos que nós descobrimos a agricultura e que praticamente tudo o que chamamos de história humana correu desde então, você verá que tivemos um período de tempo de paz muito curto para trabalhar pela paz global”.

A idéia que subjaz ao raciocínio de Wilson e de outros pesquisadores é a de que um dia a guerra será universalmente considerada e se tornará rara. De modo análogo, poderíamos apostar que também o crime tende a diminuir com o progresso material e político das sociedades.

Por que o homem não consegue viver em paz? O problema talvez esteja na excessiva valorização das castas guerreiras. Grande parte das culturas humanas reservou o melhor do tratamento para seus “defensores”. Eram eles os que recebiam o melhor quinhão de tudo. Como relata o jornalista Hélio Schwartzman, citando o jornalista Angier, descobriu-se recentemente que Gêngis Khan, o imperador mongol do século XIII, gerou tamanha prole que, hoje, 16 milhões de homens asiáticos seriam seus descendentes. Isso equivale a 0,5% da população masculina mundial.

Evidentemente, não será fácil desenraizar dezenas de milhares de anos de cultura para a violência, que segue presente em muitos filmes, seriados, desenhos e até livros a que nossos filhos e filhas se submetem desde a mais tenra infância nesta nossa sociedade globalizada.

Embora, senhores e senhoras, eu realmente acredice que possamos, não acabar com guerras e crimes, mas pelo menos torná-los raros, esse é um processo, na hipótese mais otimista, para séculos ainda, se tudo der certo. Se, com os conflitos e a violência já presentes acrescidos de nossas trapalhadas na área ambiental, não tornarmos o planeta inabitável, talvez os netos dos netos de nossos netos possam viver num mundo muito melhor. Isso se antes não sofrermos nenhuma catástrofe natural.

O fato é que, para lembrar com correção a violência que vitimou os judeus durante a Segunda Grande Guerra, é preciso primeiro entendê-la e ver que o ódio aos judeus não nasceu com os alemães, muito menos a partir de Hitler e dos nazistas.

Fiz um histórico muito longo da origem de toda esse ódio. Peço ao Sr. Presidente que seja registrado o meu discurso na totalidade, porque não vou lê-lo, uma vez que existem outros Senadores que desejam falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– V. Ex^a será atendida na forma regimental. V. Ex^a pretende ler?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mas é bastante longo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Então faremos a distribuição, posteriormente, com as notas taquigráficas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

É um resumo de historiadores que garantem que as origens do anti-semitismo remontam a períodos muito antecedentes ao nazismo. E isso tem de ser lembrado, como já disse aqui no início da minha fala, para que questões como essas que aconteceram tão recentemente não se repitam. Mas, como o Presidente já disse, o resumo será distribuído.

Passando essa parte, diria que devemos nos recordar do Holocausto, que aconteceu durante a Segunda Guerra como um horror, em meio a tantos horrores que marcaram a história humana, muitos deles tendo como vítima o povo judeu.

Desculpem-me se estou recordando fatos que realmente chocam, mas penso que eles têm de ser lembrados para que não se repitam, como eu já disse.

No dia 15 de setembro de 1935 – e desculpem-me se estou recordando coisas tão chocantes, mas essas coisas precisam ser lembradas para que não se repitam –, quando foram decretadas a Lei de Cidadania do Reich, a Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemãs e o Primeiro Regulamento para a Lei de Cidadania do Reich, num conjunto que ficou conhecido como as Leis de Nuremberg, a condição judaica foi transformada numa subcondição humana na Alemanha, e os judeus foram desprovidos de qualquer vestígio de direitos civis.

Vejam como era feita a definição de “judeu” no Primeiro Regulamento, imposto por Hitler, no seu Artigo V:

1. Um judeu é um indivíduo descendente de pelo menos três avós que eram judeus racialmente puros. O Artigo II, parágrafo, alínea 2 será aplicado (Art. II, alínea 2: um indivíduo de sangue misto judeu é aquele que descende de um ou dois avós que eram judeus racialmente puros, mesmo que não seja judeu de acordo com a Seção II do Art. V).

Avós com cem por cento de sangue judeu eram aqueles que pertenciam à comunidade religiosa judaica e assim sucessivamente.

Não era possível a qualquer pessoa tipificada pelo regulamento abdicar de sua condição judaica. Por consequência, convertidos ao Cristianismo alguns, se se enquadrasssem na categoria regulamentar, eram considerados judeus.

Assim definidos pelos nazistas, inicialmente foram banidos da vida social e civil da Alemanha e depois dos territórios que caíram sob seu domínio ou influência. Depois, foram confinados e exterminados, não importando se entre eles houvesse quem se considerasse ateu, agnóstico, protestante, católico, comunista, anarquista ou qualquer outra coisa.

Em seus estudos, o historiador Omer Bartov se refere a um dos inúmeros casos vividos por pessoas que retornaram, por imposição das Leis de Nuremberg, a uma condição judaica que lhes era estranha e distante antes de chegada de Hitler ao poder.

Rudolf Bauschwitz, um prisioneiro do campo de trabalho de Stettin, fora batizado quando criança. Quando o comandante do campo decidiu enforcá-lo, ele exigiu ser executado por um pelotão de fuzilamento em reconhecimento a sua condição de oficial alemão durante a Primeira Guerra Mundial, na qual recebeu a Cruz de Ferro de Primeira Classe. O comandante respondeu: "Para mim você, é um judeu fedorento e será enforcado como tal". Ao ser colocado no patíbulo, Bauschwitz pediu aos demais prisioneiros: "Se vou morrer como judeu, peço a vocês, judeus, que digam o *Kadish* depois de mim".

São horrores como esses que os nazistas praticaram. Mas devemos refletir que horrores como esses nasceram e se forjaram bem antes de os nazistas existirem. E devemos estudar, senhores e senhoras, refletir e vigiar para que eles não se repitam em nossas vidas daqui para frente.

Neste dia 27 de janeiro de 2006, que a lembrança do Holocausto seja para que recordemos todas as perseguições e violências que sofrem os judeus ao longo dos séculos e que não permitamos que um episódio tão lastimável de discriminação de fundo religioso, sectário, possa se repetir em nossa história.

É para isso que existe esta data; para isso, creio eu, é que existe esta lembrança. Que não permitamos que isso se repita na história da humanidade.

Esta era a reflexão que gostaria de fazer neste dia.

O meu abraço muito carinhoso a todos vocês.
Muito obrigada. (Palmas.)

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSA-
RENKO.**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores.

Estamos aqui reunidos para dar cumprimento a uma resolução da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas que, em novembro, estabeleceu que a data de hoje, 27 de janeiro, como Dia Mundial

do Holocausto, uma data em que devemos recordar os cerca de seis milhões de judeus assassinados durante o Holocausto promovido pelo regime nazista, durante a Segunda Guerra Mundial.

Entendo que não devemos desta recordação uma recordação burocrática, mais uma recordação que sirva para mobilizar nossos corações e nossas mentes contra todas as formas de preconceito, de discriminação, de xenofobia, de violência, que continuam a marcar este mundo de tantas injustiças.

Precisamos nos empenhar, decididamente, na construção de um mundo de Paz!

Esta sessão especial se constitui em um exemplo que o Senado Federal procura dar a todo o Brasil, na esperança de que essa reflexão e a lembrança desta data se reproduzam pelo nosso País afora, nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais, nas entidades de classe, nas organizações sindicais, nas associações comerciais, nos **rotarys**, nas maçonarias, nos grêmios estudantis, nas entidades comunitárias, nos clubes de mãe, nas escolas, nas universidades, nas igrejas, mesmo dentro dos lares, enfim, em todos aqueles lugares em que se reúnem os brasileiros e as brasileiras para refletirem e encaminharem as tarefas que se constituem nossas rotinas de vida.

Entendo que é preciso lembrar, e lembrar, e lembrar do Holocausto para que possamos, humildemente, reconhecendo as danações que marcam a nossa condição de seres humanos, nos capacitarmos para um relacionamento verdadeiramente fraterno com os nossos semelhantes.

Que a Fraternidade se afirme como uma utopia a inspirar nossas ações!

Vinte e sete de janeiro de 1945 foi o dia da libertação de todos aqueles que se encontravam prisioneiros no campo de extermínio de Auschwitz.

Apresentada por Israel e apoiada por mais de 89 países, a resolução da ONU nos propõe que elaboremos programas de educação que marquem os ensinamentos do Holocausto no espírito das futuras gerações, para prevenir a ocorrência de futuros atos de genocídio.

O que me parece é que, diante de um tema como este, devemos nos postar com muita humildade, reconhecendo que, através dos tempos, homens e mulheres dos mais diferentes países têm se deixado manchar com crimes como o genocídio, a limpeza étnica, o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo e para purgarmos nossas almas da violência e dos crimes que vitimaram o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial, devemos assumir em nossas vidas um completo repúdio a todas as manifestações de intolerância religiosa, de incentivo ao ódio, de perseguição ou de violência contra pessoas ou comunidades por causas étnicas ou religiosas.

E quando digo que é importante recordar o Holocausto, entendo que é preciso que determinemos com o máximo de clareza o objetivo que deva ter essa recordação à qual neste momento nos dedicamos. Ao mesmo tempo, devemos ser claro que não basta afirmar que aqueles que esquecem o passado provavelmente estão condenados a repeti-lo porque isso não evita que aqueles que o recordam estejam desde já livre de repeti-lo.

Entendo que para enfrentar este tema, com o espírito verdadeiramente desarmado, devemos começar reconhecendo que, nas malhas da História.

Por meio dos tempos, os seres humanos sempre se pautaram pela cultura da violência. Tanto que não foram poucos os filósofos e analistas que se detiveram sobre estas questões angustiantes: está o homem condenado à violência e à guerra? Será que esta gana que muitos sentem de avançar sobre o próximo, para fazer valer as suas vontades, já vem inscrita em nosso DNA ou em nossos hormônios?

Numa abordagem histórica, somos tentados a concluir que a violência é de fato a regra das relações humanas. Arqueólogos e antropólogos encontraram evidências de militarismo em 95% das culturas que examinaram. Mesmo grupos outrora tidos como exceções, como os maias, os kungs do deserto de Kalahari ou dos samoanos, revelaram-se, após uma avaliação mais minuciosa, tão violenta quanto o resto de nós.

É verdade que certas regiões já experimentaram períodos mais dilatados de paz. O mais extenso período de paz foi registrado na Antártida. Só que o continente gelado – e desabitado – não nos serve de exemplo por razões óbvias. A civilização monóica, que floresceu em Creta e adjacências entre 3000a.C. e 1100a.C. passou 1.500 anos sem travar nenhuma guerra. É verdade que a principal causa da bonança era a existência de uma poderosa marinha que nenhum outro povo ousava desafiar. De modo semelhante, o que foi provavelmente o único momento de paz “mundial” (na Europa e partes da Ásia e da África), entre 100d.C. e 200d.C. esteve baseado no incontestável poderio das legiões romanas.

Antes de sucumbir e nos render à inelutabilidade da violência no gênero humano, convém perguntar se os exemplos que analisamos têm significância. A crer no professor David Sloan Wilson, da Universidade Binghamton, de Nova York, não. Como ele declarou, “quando você considera que foi há apenas 13 mil anos atrás que nós descobrimos a agricultura, e que praticamente tudo

o que chamamos de história humana ocorreu desde então, você verá que tivemos um período de tempo muito curto para trabalhar pela paz global”.

A idéia que subjaz ao raciocínio de Wilson e de outros pesquisadores é a de que, um dia, a guerra será universalmente condenada e se tornará rara.

De modo análogo, poderíamos apostar que também o crime tende a diminuir com o progresso material e político das sociedades. As taxas de criminalidade já são significativamente menores na maioria dos países desenvolvidos. Mesmo no Brasil, os desmandos de narcotraficantes que infernizam a vida em metrópoles como o Rio de Janeiro não se comparam ao que faziam os bandoleiros na Idade Média e na Antiguidade.

Por que o homem não consegue viver em paz? O problema talvez esteja na excessiva valorização das castas guerreiras. Grande parte das culturas humanas reservou o melhor tratamento para seus “defensores”. Eram eles os que recebiam o melhor quinhão dos alimentos e eram eles que copulavam com mais mulheres. Como relata o jornalista Hélio Schwartzman, citando o jornalista Angier, descobriu-se recentemente que Gêngis Khan, o imperador mongol do século 13, gerou tamanha prole que, hoje, 16 milhões de homens asiáticos seriam seus descendentes. Isso equivale a 0,5% da população masculina mundial.

Evidentemente, não será fácil desenraizar dezenas de milhares de anos de cultura para a violência, que segue presente em muitos filmes, seriados, desenhos e até livros a que nossos filhos e filhas se submetem desde a mais tenra infância, nesta nossa sociedade globalizada.

Embora eu realmente acredite que possamos, não acabar com guerras e crimes, mas pelo menos torná-las raras, esse é um processo, na hipótese mais otimista, para séculos, se tudo der certo. Se, com os conflitos e a violência já presentes acrescidos de nossas trapalhadas na área ambiental, não tornarmos o planeta inhabitável, talvez os netos dos netos de nossos netos possam viver num mundo melhor. Isso se antes não sofrermos nenhuma catástrofe natural, como vírus assassinos, uma mega explosão vulcânica ou a queda de um cometa errante.

O fato é que, para lembrar com correção a violência que vitimou os judeus durante a Segunda Grande Guerra, é preciso primeiro entendê-la e ver que o ódio aos judeus não nasceu com os alemães, muito menos a partir de Hitler e dos nazistas.

Existem historiados que garantem que as origens do anti-semitismo remontam a períodos bem e se rela-

cionam com pregações de um pregador que também foi judeu: Paulo de Tarso. Também conhecido por seu nome hebraico Saulo, ele era um judeu da diáspora. Nasceu na cidade de Tarso, na Cilícia (hoje Turquia), era filho de um cidadão romano e falava o grego. Diferentemente de Tiago, Pedro e dos nazarenos, Paulo pregava para não-judeus: gregos, egípcios, romanos e persas.

Está relatado na Bíblia Sagrada que Paulo converteu-se ao cristianismo após uma visão na estrada para Damasco. O fato é que ele tinha uma excelente cabeça para o marketing, no que era muito competente. A fim de tornar o judaísmo cristão mais palatável para libertar o bandido Barrabás, e Pilatos lava suas mãos dizendo “Sou inocente do sangue deste justo” (Mt, 27:24) Ao que a multidão responde: “O seu sangue caia sobre nós, e sobre nossos filhos” (Mateus, 27:25). Em João, o último dos Evangelhos, a palavra “judeus” já aparece como um termo genérico para “inimigos de Cristo”. Vale notar que, entre os Evangelhos apócrifos, existem vários com visões bem menos antipáticas dos judeus.

Esse anti-semitismo já pronunciado das vidas de Cristo canônicas é ainda uma brincadeira de criança perto da virulência demonstrada alguns séculos mais tarde pelos chamados pais fundadores da igreja.

Falemos de João Crisóstomo (344-407), que, para os cristãos ortodoxos, é um santo e, para os católicos, leva o título de Doutor da Igreja. Bem, Crisóstomo, escreveu, em suas “Homilia contra os Judeus”, coisas como: “Os judeus sacrificam suas crianças a Satã... eles são piores do que bestas selvagens. A sinagoga é um bordel, um buraco da escória, um templo de demônios devotados a cultos idólatras, uma assembleia criminosa de judeus, um ponto de encontro dos assassinos de Cristo, uma casa de má fama, um abrigo de iniquidades, um abismo de perdição”.

Devemos nos recordar do Holocausto que aconteceu durante a Segunda Guerra como um horror em meio a tantos horrores que marcaram a História humana, muitos deles tendo como vítimas o povo judeu.

No dia 15 de setembro de 1935, quando foram decretadas a Lei de Cidadania do Reich, a Lei de Proleção do Sangue e da Honra Alemãs e o Primeiro Regulamento para a Lei de Cidadania do Reich, num conjunto que ficou conhecido como as Leis de Nuremberg, a condição judaica foi transformada numa sub-condição humana na Alemanha e os judeus foram desprovidos de qualquer vestígio de direitos civis.

Vejam como era feita a definição de “judeu” no Primeiro Regulamento, imposto por Hitler, no seu Artigo V:

“1. Um judeu é um indivíduo que descendente de pelo menos três avós que eram judeus racialmente puros. O Artigo II, parágrafo, alínea linha 2 será aplicado. (Art. II, alínea 2: um indivíduo de sangue misto pediu aos demais prisioneiros, “Se vou morrer como judeu, peço a vocês judeus que digam o Kadish depois de mim” (Bartov, 2000:144).

São horrores como esses que os nazistas praticaram. Mas devemos refletir que horrores como estes nasceram e se forjaram bem antes dos nazistas existiram – e devemos estudar, refletir e vigiar para que eles não se repitam em nossas vidas, daqui para a frente.

Neste dia 27 de janeiro de 2006 que a lembrança do Holocausto sirva para que recordemos todas as perseguições e violências que sofrem os judeus, ao longo dos séculos, e que não permitamos que um episódio tão lastimável de discriminação, de fundo religioso, sectário, possa mais se repetir em nossa história.

Para isto é que existe esta data. Para isto, creio eu, é que existe esta lembrança.

Esta a reflexão que gostaria de fazer neste dia. Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2006. – **Serys Sihessarenko.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quero agradecer a presença do Sr. Rafael Singer, Primeiro Secretário Encarregado de Assuntos de Imprensa, Cultura e Cooperação Internacional da Embaixada de Israel.

A Presidência comunica que será exibido, logo após a sessão, na Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um vídeo sobre esse evento. Um guia se encarregará de conduzi-los àquela sala.

Passo a Presidência à Senadora Heloísa Helena, que tem se destacado, juntamente com a Senadora Serys Sihessarenko, na defesa dos menos favorecidos e tem sempre alertado sobre alguns tipos de ação de ditadores que tentam sufocar a liberdade da sociedade.

Como tenho um compromisso, peço licença às senhoras e aos senhores para me retirar, mas tenho certeza de que o nosso espírito vibrará com os outros oradores e com a direção desta cerimônia pela Senadora Heloísa Helena. (Palmas.)

O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradecemos de coração ao Senador Romeu Tuma, que fez um esforço muito grande para estar aqui e presidir esta tão importante solene sessão do Senado Federal, embora saibamos que é obrigação de todos nós estarmos aqui nas sextas-feiras.

Passo a palavra ao Senador Sibá Machado para que faça o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena; Sr. Rafael Singer, Encarregado de Assuntos de Imprensa, Cultura e Cooperação Internacional da Embaixada de Israel; Exmº Sr. Prot von Kunow, Embaixador da Alemanha; Sr. Pedro Laurindo, Presidente da Haverimbril; Sr. William Soto Santiago, Diretor Internacional da Amisrael; Sr. Ben Abraham, testemunha viva, testemunha ocular e sobrevivente do Holocausto, do campo de concentração de Auschwitz.

Srª Presidente, a data, 27 de janeiro, definida em 2005 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, foi escolhida por Israel por ser o dia em que os prisioneiros do maior campo de concentração nazista, Auschwitz–Birkenau, foram libertados.

A resolução da ONU que institui a data pede aos Estados-membros que “montem programas educativos para gravar na memória das gerações futuras o ensinamento do Holocausto a fim de prevenir atos de genocídio”.

Lerei palavras de Jack Terpins:

Para não esquecer o Holocausto.

Durante a República de Weimar (1918-1933), os nazistas começaram a agredir os judeus com palavras. Após a ascensão de Hitler, em 1933, as agressões verbais foram gradualmente transformadas em discriminações econômicas, expulsões, atingindo finalmente a própria destruição física. É importante lembrar que a violência aplicada contra seres humanos no campo de concentração de Auschwitz não começou exatamente aí, mas sim com a demonização dos judeus por meio do anti-semitismo.

Nas palavras de Martin Niemoller, notável pastor luterano na época do nazismo: “Primeiramente, eles vieram pelos comunistas, mas, como eu não era comunista, me omiti. Então eles vieram pelos socialistas e pelos sindicalistas, mas, como eu não era nem um nem outro, não os defendi. Então, eles vieram pelos judeus, mas, não sendo eu judeu, não reagi. E quando eles vieram por mim, já não havia quem reclamassem por minha pessoa”.

Pelos campos de concentração, desde o segundo semestre de 1941, passaram milhões de não-homens, seres dos quais se apagou a centelha divina e que, de tão vazios, não podiam nem conseguiam mais sofrer.

Para que aquele assassinato em massa – pela primeira vez caracterizado como um genocídio – jamais seja esquecido, a ONU decidiu, no ano passado, que, todos os anos, na data de hoje, se comemore o Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto, com o voto unânime de seus membros, entre eles, o Brasil.

Em 2004, o Presidente Lula recebeu uma delegação do Congresso Mundial Judaico e lideranças da comunidade judaica do Brasil e assinou um documento condenando o anti-semitismo, o que significava se manifestar contra a intolerância e a discriminação em todos os sentidos.

Por esse ato da Assembléia-Geral da ONU, o holocausto de cerca de seis milhões de pessoas, ou um terço da população judaica da Europa de antes da guerra, transformava-se em memória pública e lição para combater todas as formas de discriminação, de intolerância, de racismo e de violências contra minorias étnicas.

O Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto também homenageia ciganos, testemunhas de Jeová, homossexuais, deficientes, comunistas, socialistas, lideranças sindicais e oposicionistas de modo geral, todos vítimas dos nazistas. E faz com que não se repitam as atrocidades do Camboja, de Ruanda, da Bósnia e de Kosovo.

Datas como esta são importantes para lembrar e fundamentais para conter um ou outro espasmo de discriminação e intolerância que se traduz em anti-semitismo.

O Holocausto de cerca de seis milhões de judeus se torna memória pública e lição para combater todas as formas de intolerância.

Esse texto é de Jack Leon Terpins e Jayme Blay.

Srª Presidente, passei a ler agora algumas biografias. Já li a do Presidente americano Franklin Roosevelt e de outros e, agora, comecei a ler a de Adolf Hitler. Estou nas primeiras páginas, na infância dele. E lá está dizendo que Hitler fez de tudo na vida para ser arquiteto. E qual é a mudança na vida e na personalidade de uma pessoa? Passa de arquiteto para líder de Estado, com uma mentalidade que não se pode traduzir em poucas palavras. O que é um ponto de vista daquele, de escolher aquela forma de dominação?

Eu havia lido um pouco sobre a transformação da Alemanha em Estado-nação. Esse País europeu foi um dos últimos a fazer isso; até então, vivia ainda na forma rudimentar do feudalismo. Aquele País foi, de forma atrasada – digamos assim –, transformado em Estado-nação.

Muito cedo, descobre-se, baseado nas teorias de Charles Darwin, que as sociedades humanas também se comportam como as leis da natureza. Portanto, tudo está em completo e eterno conflito pela sobrevivência, e só sobrevivem os melhores. Baseado nessa teoria, Hitler resolve dizer que a raça ariana é a melhor raça e deveria prevalecer, portanto, na face da Terra.

Quando eu lia sobre isso nas aulas de Geografia, eu não sentia a emoção do que é viver este dia de hoje. Está aqui o Sr. Abraham. Gostaria até que ele levantasse a mão, só para que eu pudesse vê-lo; é o que está à frente. Fico pensando no que é uma pessoa passar por uma experiência como essa e estar aqui para contar a história. Talvez, nesse ponto, unicamente nesse ponto, Hitler tivesse razão: só os melhores sobreviveram. Temos aqui um sobrevivente para contar aquela história.

E os alemães tentaram dominar o mundo, naquele momento. Existem muitas explicações para os fatos, diversos pontos de vista, é claro, mas estou falando sobre este: a tentativa de ocupar o mundo. Ele pensava que uma nação, para sobreviver, teria de ser muito grande, deveria ter um vasto território e, enfim, ocupar muitos espaços.

Há uma outra teoria, também de um alemão, geógrafo, que trata do chamado espaço vital, ou seja, toda espécie de vida na Terra precisa de um espaço mínimo condizente para satisfazer seus desejos, para alcançar sua sobrevivência. Ele dá o exemplo de uma bactéria que se hospeda no intestino. Vamos dar um exemplo nosso mesmo: se um verme se hospeda no intestino de um de nós, ele precisa de condições naquele intestino para sobreviver. Daí se fazem mil e uma ilações.

Então, uma nação precisa de um lugar, de uma condição e de um território para que sobreviva. Com essa teoria, faziam cálculos de que somente os países com maiores territórios, naquela época, teriam condições de dominar o mundo. Portanto, a Alemanha precisava de territórios, e Hitler começou a atacar os vizinhos, iniciando pela Polônia, pela Áustria e daí por diante. E transportou-se isso para a relação inter-racial.

É claro que não tenho condições de dizer ou de concluir sobre o que levou Hitler a pensar daquela maneira, sobre o que levou os nazistas a dizerem que uma raça deve-se sobrepor às demais. Até então, quando o debate era político-ideológico contra comunistas, viam-se mil e uma pessoas que não eram comunistas e até combatiam o comunismo. Quando se falou em movimento social, contra sindicalista, também se via, em muitos lugares, isso acontecendo. Mas, quando foi para cima de uma raça, uma etnia, tornou-se complicado. Era morte aos negros, aos judeus, ao que eles chamavam de raças inferiores, tudo isso porque ele precisava do que chamava de espaço vital para a sobrevivência da raça protegida por Deus.

Todos nós, em algum momento, colocamos para fora um lado animal, canibal, satânico, demoníaco. Cada um de nós tem um pouquinho disso numa pontinha do DNA, no sangue, mas isso precisa ser contido. Não sei o que leva uma pessoa a tirar a vida de outro. Não sei como é que se faz isso, tanto é que defendo que, no Brasil, jamais se adote a pena de morte. Por mais violento que seja o comportamento de alguém, por mais desprezível que seja esse momento de insanidade mental, não se pode pensar em pena de morte.

Imagine decidir que uma etnia inteira precisa desaparecer da face da Terra! Com que direito se pode pensar dessa forma?

Está aqui uma pessoa que não tem a menor condição de fazer uma avaliação do que ocorreu e que não tem como justificar os fatos. Mas fica aqui este sentimento, e, na pessoa do Sr. Ben Abraham, quero saudar todos os sobreviventes, todas as pessoas que receberam os tratamentos colocados naquela época por esse pensamento tão vil, tão macabro, tão tristonho, tão doloroso – sei lá do que mais posso classificá-lo!

Vejo jovens na platéia. Peço, pois, que se conte isso nos quatro cantos do mundo, para que jamais alguém possa, no seu cantinho do DNA, expressar vontades tão absurdas como as que foram expressas por Adolf Hitler.

Saudo toda a comunidade judaica e todas as pessoas que estão aqui comemorando o dia não só da sobrevivência, mas também da condenação da tirania, do que significou aquele momento para a humanidade.

Parabéns a vocês! (Palmas.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com a palavra, a Senadora Serlys Slhessarenko, pela ordem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT — MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, serei bastante breve.

Acabo de receber um documento de Ida Apor, da Confederação Israelita do Brasil – Conib, com um pequeno resumo da biografia do Sr. Ben Abraham, que, todos sabemos, é extensíssima, gigantesca, em termos de sofrimento, de resistência e de posicionamentos muito claros.

Ele nasceu na cidade polonesa de Lodz, esteve confinado em inúmeros campos de concentração, inclusive em Auschwitz, salvando-se, como aqui mesmo diz, por milagre. Ele tomou para si a tarefa de contar ao mundo as suas trágicas experiências.

Ben Abraham é realmente uma pessoa que merece todas as nossas homenagens – de todos nós que estamos aqui e da humanidade –, por fazer essa resistência **a posteriori**, porque apenas conhecendo e compreendendo os fatos somos capazes de fazer transformações. E ele está contribuindo grandemente para isso.

Srª Presidente, peço o registro, na íntegra, nos **Anais do Senado**, da biografia do Sr. Ben Abraham.

Muito obrigada, Srª Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

O documentário chama-se “**Nazismo Nunca Mais**” 53 minutos

SR. BEN ABRAHAM (SOBREVIVENTE DO HOLOCAUSTO), abaixo uma pequena biografia dele.

BEN ABRAHAM NASCEU EM 1924, na cidade polonesa de Lodz. Quando os soldados de Hitler ocuparam a Polônia, foi confinado no gueto e, posteriormente, enviado a vários campos de concentração, inclusive Auschwitz. Salvando-se por milagre, tomou a si a tarefa de contar ao mundo as suas trágicas experiências.

Abrahan não distingue facções ideológicas. A sua luta contra o totalitarismo e o imperialismo, tanto de esquerda quanto de direita, colocaram-no num posto de respeito como defensor autêntico dos mais puros postulados democráticos.

Por trás de sua aparência tranqüila existe um passado de horror. Abraham, único sobrevivente de sua família, viu filas enormes de pessoas despidas prontas para morrer nas câmaras de gás, se horrorizou com as chaminés das quais jorrava fumaça negra junto com fogo dos crematórios e sentiu o cheiro de carne queimada.

Dos guetos, Ben Abraham conta em seus livros histórias chocantes como de seus empregos. Ele fazia de tudo, até ser enviado para branquear as caldeiras de cobre. “O vapor do ácido penetrava nos meus pulmões, ocasionando terríveis dores de cabeça e tosse constante. Um dia cuspi sangue. Pedi ao engenheiro para ser transferido.

Ele concordou e eu passei a ser ajudante de soldador.”

Nos campos de concentração foi ainda mais dramático:

“Ravensbrück era um campo sem nada de especial ou diferente. Quando lá chegamos, não passávamos de sombras humanas. Logo na chegada, prepararam-nos vários caldeirões com café. Pediram que tivéssemos paciência, pois havia café para todos. Não adiantou Corremos todos de uma vez, um empurrando o outro, feito um bando de animais. Derrubamos todo o café e começamos a lamber o chão. Ninguém conseguiu tomar nada”.

Atenciosamente, – **Ida Apor**, Confederação Israelita do Brasil – CONIB.

(11) 3063-2852 FAX (11) 3063-2854

Neste dia 27 de janeiro comemora-se em todo o mundo o Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto, instituído o ano passado pela Organização das Nações Unidas com o apoio de seus países membros, o Brasil inclusive.

Este Dia do Holocausto tem o sentido de advertir as nações e os seus nacionais para os perigos da intolerância, da discriminação, da ojeriza ao outro e ao diferente que, historicamente, descambam para o antissemitismo puro e simples. E, quando isso acontece, faz da democracia uma de suas vítimas.

Neste dia 27 de janeiro, há sessenta e um anos, em 1945, as tropas da extinta União Soviética libertavam o campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, nos arredores de Cracóvia, uma das cidades mais bonitas da Polônia.

Embora os nazistas tenham construído dezenas de campos de extermínio todos menores do que Aus-

chwitz e, portanto, menor capacidade de matar em escala industrial, este acabou se tornando símbolo e emblema das atrocidades.

Naquele campo de concentração estima-se que tenham sido assassinados cerca de um milhão de judeus, numa atividade diária ininterrupta, desde que foi iniciada, no primeiro semestre de 1942, cumprindo o que determinava uma das propostas incluídas no projeto de Solução Final do problema judaico.

A Solução Final consistiu no massacre de pelo menos dois terços da população judaica da Europa, e começou no segundo semestre de 1941, quando Hitler desencadeou a Operação Barbarossa, isto é, a invasão da União Soviética. Foram mortos todos os judeus numa frente que ia desde os países bálticos, ao norte da Europa, e se estendia pela fronteira russo-alemã, até a cidade de Odessa, na Ucrânia, ao sul. Como se tratava de assassinato puro e simples, este trabalho sujo era executado por tropas SS auxiliadas por policiais e assassinos das cidades conquistadas.

Nestas operações, também eram fuzilados à beira das valas comuns, abertas pelas vítimas em potencial, todos os inimigos e adversários de ocasião: ciganos, Testemunhas de Jeová, homossexuais, comunistas, socialistas, deficientes físicos, sindicalistas, prisioneiros de guerra, etc.

Não com esta denominação, mas a Solução Final começou anos antes, quando os nazistas tiveram o poder e Hitler baixou uma legislação que aos poucos, e inexoravelmente, foi excluindo os judeus da vida alemã. Os professores universitários demitidos, os profissionais liberais impedidos de exercer suas tarefas, os alunos expulsos, os empresários destituídos de seus patrimônios, os banqueiros extorquidos em seus haveres, as famílias segregadas de sua vizinhança, os livros sagrados atirados às fogueiras, as sinagogas incendiadas, as lojas depredadas e as pessoas obrigadas a andar pelas ruas com uma estrela de David amarela. Esta prática se estendeu depois aos milhares de habitantes dos guetos, já durante a guerra.

Não há discurso de pequeno ou grande expediente capaz de relacionar o elenco de atrocidades perpetradas pelos nazistas, antes e durante a Segunda Guerra Mundial.

Os engenheiros do Terceiro Reich trabalharam muito para descobrir meios e modos de matar mais judeus em menos tempo possível e a custo menor. O ponto ideal, para eles, foi a verdadeira linha de mon-

tagem da morte nos campos de concentração, depois apropriadamente chamados de campos de extermínio. Auschwitz era um deles.

As pessoas precisam conhecê-lo. Os países onde estes campos se localizam fizeram bem em preservá-los para mostrar ao mundo o que os homens faziam com outros homens, mulheres, crianças, idosos, e deficientes de toda espécie. É importante para que a humanidade e as futuras gerações se lembrem do que aconteceu por lá.

E por ser importante lembrar, é fundamental que não prosperem iniciativas como as das atuais lideranças do Irã que pretendem, por razões ainda desconhecidas, convocar uma conferência internacional para provar cientificamente que o Holocausto efetivamente ocorreu.

Essas atitudes revisionistas e negacionistas se prestam somente aos que fazem da intolerância e da discriminação o prato que alimenta suas ambições políticas.

Em respeito aos milhões de vítimas do Holocausto, peço aos senhores senadores, com a devida vénia do presidente da Mesa, um minuto de silêncio.

Muito obrigado

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a na forma do Regimento, nobre Senadora Serys Shlessarenko.

Antes de passar a palavra para o Senador Mão Santa, quero registrar e saudar a presença do ilustríssimo Diretor-Executivo da Confederação Israelita do Brasil, Jaques Perlow. Seja bem-vindo.

Com a palavra, o Senador Mão Santa, pela Liderança do PMDB, para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão solene do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, Senadoras e Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação, peço permissão para saudar todas as autoridades presentes deste País e de outros países na pessoa do sobrevivente Ben Abraham, porque são muitas as autoridades e eu poderia esquecer alguns nomes, o que seria imperdoável.

Hoje, é um importante dia dos 181 anos de existência deste Senado. Senadora Heloísa Helena, represento o meu Partido, o PMDB, mas, acima do PMDB, represento o povo cristão deste País. (*Palmas.*)

Mão Santa não sou. Elas são iguais às mãos humanas de pessoas que, como eu e Heloísa Helena, servem à saúde, mas que, guiadas por Deus, puderam de quando em quando salvar vidas. Francisco é meu nome, Sr. Ben Abraham, o que me deixa orgulhoso. Entendo que, no mundo cristão, Senadora Heloísa Helena, quem mais se aproximou de Cristo foi Francisco, o Santo. E acho que não escutaram a mensagem dele, que, com muita fé e convicção, aquela fé que remove as montanhas, dizia: "Pai, fazei-me instrumento de Vossa paz, onde houver ódio, que eu leve o amor; onde houver discórdia, que eu leve a união; onde houver o erro, que eu leve a verdade; onde houver a dúvida, que eu leve a fé".

Senadora Heloísa Helena, sei que V. Ex^a é bem jovenzinha, mas eu nasci durante a Segunda Guerra Mundial. Francisco, a paz. Então, todos nós vivemos esse período. A teoria já foi tão bem explanada pela Senadora e pelos Senadores que nos antecederam e tão bem narrada por Norberto Bobbio, que viveu na época do nazismo, do fascismo, de sua Itália, que eu quero falar sobre os frutos que podemos colher disso tudo.

O que podemos colher? Shakespeare, da Inglaterra, disse que não tem bem nem mal, o que vale é a interpretação. Vamos, então, interpretar o Holocausto na história da humanidade. Não houve, na história da humanidade, um genocídio tão grande. Não só judeus, irmãos! Não foram só judeus! Foram 35 milhões que Hitler levou à morte, à desgraça. Ele levou miséria ao mundo.

Senadora Heloísa Helena, eu, menino, na praça N^a S^a das Graças da minha cidade, cheguei a ver o nome de meu pai na lista dos convocados. Graças a Deus e a São Francisco, a guerra acabou. Ainda menino! Quer dizer, vivemos na Parnaíba os reflexos do pavor da guerra. Eu senti, eu li o nome de meu pai.

Atentai bem! A Alemanha não é Hitler. É um grandioso país, de muita história. O mundo deve muito a ele. Duas guerras mundiais. Hitler foi à primeira também. Amargurado, venceu. E liderou a Segunda Guerra Mundial.

Mas o mundo tem de recordar, Professora Heloísa Helena.

Qual a impressão que tive quando visitei a Alemanha, como Prefeito de minha cidade? Falo em mordomia, mas nunca tive tanta. Fui àquele país a convite de uma multinacional que tem uma empresa no Piauí, a Merck, de Darmstadt. E lá, Senadora Heloísa Helena, havia um diretor químico da Merck,

Darmstadt, poderosa indústria farmacêutica, com quem eu andava. Quando ele chegava, diziam: "Professor Basedow". Olhem como a Alemanha ensina o mundo! Espontâneo, como somos, eu disse: "Basedow, venha cá. Você não é diretor químico da Merck, poderoso, rico?" Ele era convidado da empresa. Ele respondeu: "Sou". Argumentei: "Mas aonde você chega, dizem: Professor Basedow". Ele disse: "É, porque o título mais honroso na Alemanha é ser professor". Atentai bem! Esse é o ensinamento moderno da Alemanha. Aquela profissão é chamada de mestre, igual a Cristo. Perguntei: "Mas o senhor não é um diretor rico da Merck, poderoso?" Ele respondeu: "Mas eu fui professor em Heidelberg". E continuou: "Você quer conhecer?" Respondi: "Quero". Heloísa Helena, fiquei perplexo, porque a Alemanha sofreu duas guerras, mas estava toda reconstruída, moderna. Eu estava encantado com aquela estrutura de engenharia de séculos passados, e disse a ele: "O mundo, em duas guerras, respeitou Heidelberg, a universidade mais antiga da Europa". Aqui o mundo recebe o saber, aquele que está na Bíblia. Sabedoria é ouro. Sócrates já disse, Heloísa Helena, que só há um grande bem: o saber; e só há um grande mal: a ignorância. Isso é algo para meditar.

Mas por que Hitler foi o que foi, o campeão das atrocidades? Nós temos que tirar uma lição. Sobre esse negócio de comunicação, Shakespeare disse que não há bem nem mal; comunicação é comunhão, é dividir o pão, é informação, é saber. Mas é como uma faca. Heloísa Helena, se nós estivermos num churrasco, ela é um instrumento do bem. Mas se enfiamos na barriga de alguém, no bucho, como se diz no Nordeste, é um instrumento do mal.

E isso tudo foi resultado da comunicação. Foi a comunicação que endeusou Hitler; foi Goebbels. Atentai bem para o perigo que o mundo vive, servo da comunicação mentirosa, servo da comunicação paga pelos poderosos capitalistas, banqueiros, como Heloísa Helena diz, os gigolôs do trabalho da humanidade.

Foi Goebbels que fez Hitler! E a sínteses dele: uma mentira repetida se torna verdade. Esse é o perigo que vivemos.

Senadora Heloísa Helena, estamos aqui pela democracia. Esta homenagem é uma conquista do mundo e do povo: a democracia. O mundo procurou governos. O homem é um animal sociável e político, dizia o filósofo Aristóteles. Uns reis eram os deuses na terra, e Deus seria o rei do céu; outros, os ditadores. Mas o povo, esse povo heróico em quem acreditamos, foi às

ruas e gritou: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade!", para derrubar os outros modelos de governo. Os reis, os totalitários que aí estiveram e estão.

Atentai bem! É isto aqui que temos de homenagear, essa construção do mundo, do povo, insatisfeito, decepcionado, mutilado, derrotado, sacrificado, que gritou: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade!" É isto o que procuramos: garantir liberdade a todos, a liberdade do povo judeu e de sua terra. A liberdade do povo judeu em sua terra, mas com esses princípios, esse grito "Igualdade e Fraternidade!".

Mas precisam entender também os outros. Não foram entendidos, mas precisam entender os outros, buscar aquilo que o meu patrono pregava com sua bandeira, "Paz e Bem" no mundo. Essa é a razão única de estarmos aqui.

Então, Heloísa Helena, essa é a nossa mensagem.

Sabemos que foi o maior espetáculo de maldade da história do mundo. Em menores escalas tivemos nas Romas de Nero, de Calígula. Sabemos nós próprios que temos que ensinar o mundo, porque aqui ela chegou amadurecida. Cem anos depois do grito do povo na França é que ela entrou aqui e amadurecemos para aqui ver que sair dela não é bom. Tivemos um ditador santo, bom, mas ela não é boa. Getúlio Vargas, com todo o respeito ao Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, era um homem bom, um homem santo, um homem do trabalho, mas ela não é boa. Está lá o livro de Graciliano Ramos, **Memórias do Cárcere**. Tivemos também a ditadura militar. Estão aí os livros de Elio Gaspari. E Winston Churchill, que teve a coragem de reagir. A França que gritou já estava tombada, dominada, e ele reagiu: "Eu só tenho a oferecer sangue, suor e lágrimas". E acreditou na democracia.

Olha, Senador Paulo Paim, unir Estados Unidos e Rússia é obra de gênio. Senadora Heloísa Helena, Churchill mandou a sua esposa para a Rússia para ficar ao lado de Stalin, o veio o dia D e a vitória. E é isso que nós temos que preservar do mundo. Nem Hitler nem os que estão aí querendo. Nós estamos aqui saudando o povo vítima do holocausto e que isso não se repita.

Então, as minhas palavras finais, neste dia que engrandece o Senado. Senador Paulo Paim, Israel tem uma estrela, e eu sou do Piauí. A bandeira tem as mesmas cores, Senadora Heloísa Helena, as mesmas. Mas lá, a bandeira tem uma estrela, só uma estrela. Atentai bem! E nós somos este povo que dirigiu esta Casa e ensinou o mundo. Em 181 anos, ninguém excedeu o

Presidente piauiense que aqui esteve, representando aquela estrela. Heloísa Helena, Deus me permitiu estar ao lado dele quando o regime ditatorial dos militares fechou este Congresso, por uma reforma do Judiciário. Eu estava ao lado de Petrônio Portella.

Atentai bem! Aprende Israel, aprendei Estados Unidos, aprendei com o Piauí, com o Brasil! Senador Paulo Paim, eu estava do lado quando os canhões, fecharam esta Casa. Isso aqui é que é a democracia. Não pensem que outros ambiciosos não tentaram. Nós resistimos aqui. Nós três estávamos aqui. Muitos poucos sonhavam também, e nós resistimos poucos aqui, éramos cinco e resistimos à truculência.

Petrônio disse, quando veio a imprensa, e eu estava do lado, Senadora Heloísa Helena, e ele com a sua moral de entender as coisas profeticamente disse: "Esse é o dia mais triste da minha vida." E foi com essa mensagem, Geisel recuou e reabriu este Congresso, este Senado, que mantém a democracia no País. E só existe um símbolo: Rui Barbosa. Está onde tem que está, abaixo só de Cristo. Atentai bem! Porque o homem foi criando os instrumentos! E para aquele grito de três palavras de validade, ele criou três instrumentos, que os orgulhosos chamam de poder – eu os chamo de instrumentos: legislativo, judiciário e executivo. De Poder, eu entendo, que é o povo.

Rui Barbosa está ali para ensinar a qualquer país do mundo – porque somos um País cristão: a paz e o bem. Ele disse que só havia um caminho: a lei e a justiça. É a única salvação. E foi além: a todos os exploradores, a todos os mercenários, a todos os agiotas do mundo, ele disse: "A primazia tem de ser dada ao trabalhador e ao trabalho. O trabalhador e o trabalho vêm antes, eles é que fazem a riqueza". E o que se vê no mundo de hoje é a primazia dos poderosos, dos banqueiros.

Essa é a mensagem que trouxemos.

Terminaremos como iniciamos, com a mensagem do irmão italiano. Eu conheci, Senadora Heloísa Helena, Assis, a capelinha de pedra, que levou a Igreja dos ricos para os pobres. Então, a nossa mensagem de hoje, aproveitando essa página negra da história da humanidade, é levantar a bandeira de Francisco Santos, que disse: "Paz e bem para o mundo". (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, e passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que faça o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a

Senadora Heloísa Helena, que preside a sessão; convidados, líderes, autoridades presentes a este evento, confesso aos senhores que a minha atividade aqui, no Congresso Nacional, tem muito a ver com a luta contra todo o tipo de preconceito. Conseguimos aprovar, este ano, o Estatuto da Igualdade Racial, como instrumento de combate àqueles que, por pura ignorância e incapacidade, atuam ainda na linha do racismo e do preconceito.

Por isso, Sra Presidente, Senhoras e Senhores, eu gostaria de dizer que são eventos como este que nos fazem parar, refletir e perguntar por que o nazismo teria levado à morte milhões e milhões de judeus; não só judeus, como também homossexuais, negros e outras vítimas. Que demência é essa que faz com que o ser humano – se assim se pode dizer – cometa atos como esse contra o próprio ser humano?

Povos, raças, comunidades. Famílias destruídas: pais, mães, filhos, avós, tios, amigos, vizinhos, conhecidos... Enfim, sonhos de vida apagados, porque foram assassinados.

Quem de nós não assistiu aos filmes, Senadora Heloísa Helena? E quem não ficava chocado e emocionado com estas cenas: "Mamãe, leve-me com você, dê-me a sua mão, não me deixe". E a mãe respondia: "Acalme-se, filho, tudo vai ficar bem". Mas, mamãe, estão nos tirando a roupa. Por quê essa fila? Que fumaça é aquela que sai daquela chaminé? Mamãe, não me deixe só. Será que nos vão matar?" São perguntas que ficaram. E eles morreram.

Entendo também que, nesta reflexão, é de fundamental importância se ter consciência de que esses crimes foram cometidos e que jamais conseguirão apagá-los da nossa memória.

Esta Casa está de parabéns por realizar esta sessão especial destinada a lembrar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

Se os senhores me permitem, quero falar também de um brasileiro e de uma brasileira; quero falar do Diplomata Luiz Martins de Souza Dantas, já falecido, Embaixador em Paris, de 1922 a 1942, que emitiu centenas de vistos durante os anos mais duros da repressão nazista, salvando, assim, centenas e centenas de vidas.

Ao Diplomata Luiz Martins de Souza Dantas, já falecido, brasileiro, por esse grande ato, tomo a liberdade de pedir palmas para ele e para todos aqueles que assim agiram em defesa da vida humana. (Palmas.)

Dantas salvou cerca de 500 pessoas de morrerem em campos de extermínio. Esse verdadeiro herói

é reconhecido oficialmente pelo Museu do Holocausto, em Jerusalém, como "Justo entre as Nações", nome dado aos que arriscaram suas próprias vidas em defesa das vítimas do Holocausto.

Quero lembrar também, Senadora Heloísa Helena, até em homenagem a V. Exª, que é uma guerreira, uma lutadora, que, entre os Justos, também há uma brasileira: Aracy de Carvalho-Guimarães Rosa, que foi assistente do Embaixador Dantas, em Berlim, durante a Segunda Guerra Mundial. E somente ela, por seu próprio arbítrio, emitia vistos para salvar vidas. Por isso, palmas para Aracy de Carvalho-Guimarães Rosa. (Palmas.)

Nem vou falar aqui do grande Oscar Schindler, que todos vimos no filme, que salvou mais de 1.500 companheiros, eu diria, judeus, de serem assassinados covardemente. Ele já é homenageado permanentemente por todos nós.

Mas eu diria para os senhores que são atos como esse, de amor e de humanismo, que nos fazem acreditar que um outro mundo é possível. Um mundo sem crime, sem racismo e sem discriminação, em que negros, brancos, índios, homossexuais, enfim, todos os que são discriminados tenham as mesmas oportunidades e direitos.

Quero aqui, se me permitem, lembrar um fato que me deixou muito feliz: em São Paulo, a Comunidade Bahá'í presenteou-nos com um diploma, uma homenagem, por termos aprovado a Lei nº 9.457, de 13 de maio de 1997, que condena todos os atos de preconceito. E ela é muito dura, inclusive, em relação à famigerada e condenada Cruz Suástica.

Sra Presidente, já vou concluir.

Escrevi um livro, ao qual se referiu o nosso Senador Mão Santa, em que há uma poesia, que ontem resgatei, e que caberia neste momento. É pequenina, e eu a escrevi num certo momento da minha vida.

O nome do livro é **Cumplicidade: política em poesia**. Penso que tem de haver essa cumplicidade entre os homens de bem.

O nome da poesia é: "Negros, Índios e Judeus".

Negro, foste afastado, arrancado da tua Pátria Mãe África.

Cortaram abruptamente as tuas raízes que estavam

plantadas na beleza da terra fértil,
banhada por rios, cascatas e mares.

Índio, só querias viver integrado com a natureza!

Mas não te foi dado o direito de viver e nem morrer em liberdade.

Judeu, foste perseguido, arrancado da tua casa, do teu lar,

Dizimaram tua família, te jogaram não nos porões dos navios negreiros, mas nos campos de concentração.

Na verdade, campos de extermínio, com o objetivo de massacrar toda uma nação.

Crianças, jovens e velhos foram covardemente assassinados.

Genocídio que envergonha o homem perante a História.

Nossas vidas estão entrelaçadas pelo sofrimento, pelo sangue e pelas lágrimas derramadas com o assassinato dos nossos entes queridos.

Na história recente da Humanidade, ninguém sofreu tanto pelo preconceito como os negros, os judeus e os índios.

Os livros tentaram negar a jornada histórica da resistência em defesa das suas vidas.

Quiseram apagar o nosso passado para destruir o nosso futuro.

Não conseguiram, e nunca conseguirão!

Ao aprovar a lei contra as discriminações fiquei alegre e triste.

Alegre, por termos conquistado mais um instrumento de luta na defesa da nossa cidadania.

Triste, porque esta lei demonstra o quanto o racismo está vivo.

É obrigação nossa combatê-lo de forma permanente.

Jamais deixaremos de lutar contra os pobres de espírito e os preconceituosos.

Peço a Deus perdão!

Perdão, por aqueles que de forma covarde massacraram negros, judeus e índios.

Perdão, pelos que defendem o “apartheid”.

Perdão, pelos que discriminaram velhos, mulheres, crianças e minorias.

Perdão te peço também, Senhor, por todos aqueles que são imbecis, pois somente os imbecis conseguem ser racistas.

Viva aqueles que tombaram na luta contra o racismo!

Vivam os que se dedicam a esta causa.

Vivam os que se dedicaram a ela ao longo de suas vidas.

Muitos tombaram por essa causa.

Termino dizendo: boa sorte, homens e mulheres, guerreiros e guerreiras.

Boa sorte a todos.

Pelos negros, axé!

Pelos índios, suetê!

Pelos judeus, shalon!

Viva a liberdade!

Viva a igualdade!

Abaixo o racismo e o preconceito!

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço as personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

Certamente, a mais importante filósofa da história da Humanidade foi uma brilhante judia chamada Hannah Arendt, simplesmente “Hannah” para os seus alunos.

Ela disse, estarrecida diante de um julgamento que presenciou, que a coisa que mais a deixava assustada era a forma simplória, simples, corriqueira, como algumas pessoas que estavam sendo julgadas tratavam o genocídio do povo judeu. Ela achava que aquilo não tinha relação com a civilização e com a Humanidade, cuja pior marca era a banalização do mal.

Já que existe um único Deus sobre todas as nações, espero, realmente, que possamos construir um mundo onde as nossas crianças não sejam ensinadas a atirar pedras. Que as nossas crianças possam brincar livres como são a infância e o tributo a um só Deus. Que as nossas crianças, menininhas e menininhos de seis anos de idade, não sejam tragadas pela estrutura perversa e maldita do narcotráfico, nas cidades e nas periferias do Brasil. Que as nossas crianças judias e palestinas possam-se abraçar, se acolher no amor, porque o tributo a Deus é o tributo à criança. Não é à toa que uma das mais belas e maiores provas de amor da história do povo de Deus foi dada por Abraão, quando ele subiu ao monte e decidiu-se a entregar o seu filho,

a sua criança. Ele estava, provavelmente, tão certo da complacência do seu Deus, que disse “espere que nós voltaremos” e não apenas “eu voltarei.”. Que o tributo a um único Deus, que está acima de todas as nações, possibilite que as nossas mentes e os nossos corações preguem a paz e a unidade. (Palmas)

A Presidência comunica que será exibido, logo após a sessão, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um vídeo sobre este evento.

Agradeço, de coração, ao Abraham* e a todas as autoridades presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, atendendo ao apelo dos Deputados Feu Rosa e Mauro Benevides, solicito que conste nos Anais da Casa a determinação da Organização das Nações Unidas que designa o 27 de janeiro como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

Obrigado, minha Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

RECORDAÇÃO DO HOLOCAUSTO

A Assembléia Geral,

Reafirmando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declara que todos são dignos de todos os direitos e liberdades estabelecidas, sem distinção de qualquer tipo, como raça, religião ou outra condição.

Lembrando o artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declara que todos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, Lembrando também o artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o artigo 18 da Carta Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião,

Tendo em mente que os princípios fundadores da Carta das Nações Unidas “para poupar as gerações futuras do flagelo da guerra” são prova da indelével ligação entre as Nações Unidas e a tragédia singular da Segunda Guerra Mundial,

Lembrando a Convenção sobre Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, adotada com o objetivo de evitar a repetição de tais genocídios, como aqueles cometidos pelo regime nazista,

Lembrando também o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declara que a indiferença e o desprezo aos direitos humanos resultaram em atos de barbárie que ultrajaram a consciência da humanidade,

Tomando nota que o fato de que a 60ª Sessão da Assembléia Geral ocorre durante o 60º ano da derrota do regime nazista,

Relembrando a 28ª Sessão Especial da Assembléia Geral, um evento único, realizado em comemoração à libertação dos campos de concentração nazistas,

Honrando a coragem e dedicação mostrada pelos soldados que libertaram os prisioneiros dos campos de concentração,

Reafirmando que o Holocausto, que resultou no assassinato de um terço do povo judeu e de incontáveis membros de outras minorias, será sempre um aviso a todos os povos dos perigos do ódio, inveja, racismo e preconceito,

1. Determina que as Nações Unidas designem o dia 27 de janeiro como Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto;

2. Encoraja os estados-membro a desenvolver programas educacionais que irão ensinar às futuras gerações lições do Holocausto para ajudar a prevenir futuros atos de genocídio e, nesse contexto, recomenda a Força Tarefa para Cooperação Internacional sobre Educação do Holocausto, Memória e Pesquisa;

3. Rejeita qualquer negação do Holocausto como um evento histórico, por completo ou em parte;

4. Recomenda aos estados que estiveram ativamente envolvidos que preservem os locais que serviram como campos de extermínio nazistas, campos de concentração, campos de trabalhos forçados e prisões durante o Holocausto;

5. Condena, sem reservas, todas as manifestações de intolerância religiosa, incitamento, perturbação ou violência contra pessoas ou comunidades, baseadas em origem étnica ou credo religioso, sempre e onde quer que ocorram;

6. Solicita ao Secretário-geral o estabelecimento de um programa de grande alcance intitulado “O Holocausto e as Nações Unidas”, assim como medidas para mobilizar a sociedade civil para a recordação e ensino do Holocausto, para ajudar a prevenção de futuros

atos de genocídio; reportar à Assembléia Geral sobre o estabelecimento do programa dentro de seis meses a partir da data de adoção da presente resolução; e reportar à Assembléia Geral na sua 63^a sessão sobre a implementação do programa.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e ao Deputado Feu Rosa.

O Sr. Senador Luiz Otávio enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, somamos hoje nossa voz à de todos aqueles que, no mundo inteiro, neste dia 27 de janeiro – instituído no final do ano passado, pela Organização das Nações Unidas, como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto –, relembram os milhões de pessoas exterminadas na Europa pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

O dia escolhido marca o aniversário da libertação do campo de Auschwitz, maior e mais terrível complexo montado pelo regime nazista com a finalidade de executar o que era então apresentado, com uma dose de cinismo que só faz aumentar a crueldade, como a “solução final” para o assim chamado “problema judeu”. Estima-se que mais de um milhão de pessoas, a grande maioria delas de origem judia, tenham morrido lá, seja como parte do plano de extermínio urdido pelos nazistas, seja pela fome, pelos maus-tratos e pelas doenças.

São poucos, Sr. Presidente, os fatos históricos que se aproximam desse, em termos de dramaticidade. Poucas outras vezes, na história da humanidade – de resto, infelizmente, pródiga em todo tipo de violência –, viu-se algo semelhante: um programa de extermínio estabelecido e conduzido como política de Estado. A monstruosidade do fato é ainda amplificada, se é possível falar assim, pelo caráter sistemático, calculado, com que o genocídio foi executado. Não bastasse a evocação terrificante dos milhões de mortos, chega a dar vertigem, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, pensar na enorme engrenagem montada para tornar possível a “solução final”, imaginar os burocratas procurando formas mais eficazes de levar a cabo o programa, técnicos buscando maneiras mais eficientes de matar um número cada vez maior de pessoas, enfim, todo o esforço calculista para otimizar a utilização dos meios disponíveis para realizar aquele fim macabro...

Fatos dessa natureza e magnitude estarrecem não tanto por serem freqüentes ou recorrentes, mas

apenas por terem sido possíveis. A simples percepção de que a humanidade é capaz de tais feitos já é bastante para perturbar nossa consciência. Daí a relevância de não esquecermos, de olharmos esses momentos para nos lembrarmos de que, afinal, também somos capazes das piores coisas.

Foi por essa razão, Sr. Presidente, que fiz questão de requerer a realização desta Sessão Solene. Não podemos esquecer aqueles milhões de inocentes que foram exterminados por razões totalmente arbitrárias: por serem judeus, por serem ciganos, por serem homossexuais, ou o que mais fosse usado como desculpa para dar vazão ao ódio e ao preconceito. Mas, sobretudo, não podemos esquecer de que fomos capazes daquilo. Só assim estaremos preparados para evitar que histórias como essas se repitam.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, lembrar os fatos do Holocausto é, como afirma a Resolução da ONU que instituiu o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, lembrar o enorme perigo que representam o ódio, a intolerância, o racismo e o preconceito.

Ao não permitir que esses fatos dolorosos sejam varridos de nossa memória, reafirmamos, ao mesmo tempo, nosso repúdio à intolerância e ao fanatismo e nosso compromisso com a fraternidade, a inclusão e a tolerância. Sabemos que nem sempre é fácil ser tolerante, aceitar as diferenças, acolher sinceramente aqueles que não compartilham nossas crenças e valores. Mas fatos como o Holocausto estão aí para indicar o que, no final, nos espera quando abrimos mão do esforço de praticar a virtude da aceitação e cedemos aos impulsos do ódio.

Por fim, Sr. Presidente, quero exprimir aqui minha mais profunda simpatia pelos sobreviventes daquele terrível extermínio, apesar da dificuldade, para nós, de imaginar adequadamente os sofrimentos por que passaram.

Aos que morreram, dedico hoje meus pensamentos e minhas orações.

E a todos nós, meus votos de que jamais a humanidade tenha que dizer: aconteceu outra vez.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 16 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 025 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

Considerando as alterações constitucionais no sistema de previdência do servidor público; a legislação vigente sobre a previdência complementar, além das iniciativas e estudos de outros órgãos públicos, como a do Superior Tribunal de Justiça, referentes à previdência dos servidores do Judiciário, **RESOLVE:**

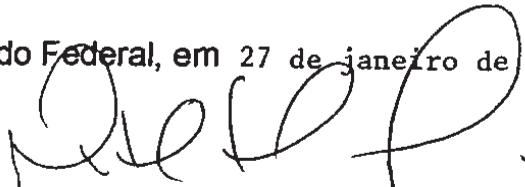
Art. 1º - Fica constituído Grupo Especial de Trabalho – GET, para no prazo de 60 dias, analisar, à luz das normas vigentes, a legalidade e viabilidade da implementação de sistema previdenciário complementar para servidores do Senado Federal.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto pelos representantes dos órgãos, a seguir relacionados, a serem indicados “*a posteriori*” pela presidência do GET:

01 representante da Diretoria-Geral, na qualidade de Presidente;
01 representante da Consultoria Legislativa;
01 representante da Consultoria de Orçamento;
01 representante Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade;
01 representante da Secretaria de Recursos Humanos;
01 representante da Secretaria de Controle Interno;
01 representante da Advocacia.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 026 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

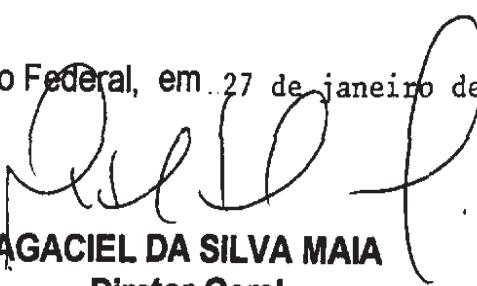
R E S O L V E:

I – Constituir Grupo Especial de Trabalho - GET incumbido de elaborar o Manual de Redação Parlamentar e Legislativa, destinado ao aprimoramento das minutas produzidas pela Consultoria Legislativa, visando subsidiar as atividades dos Gabinetes dos Senhores Senadores e dos Órgãos da Administração da Casa.

II - Integram o Grupo de Trabalho os Consultores Legislativos Cristina Thedim Brandt , matrícula 53482, Rafael Silveira e Silva, matrícula 56215, João Bosco Bezerra Bonfim, matrícula 53329, Omar Alves Abbud, matrícula 45230 e Antônio Pereira de Paula, matrícula 50985.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 154 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 1303/91-0 e 3849/05-8, resolve ALTERAR o Ato nº 799/91, do Presidente do Senado Federal, que aposentou voluntariamente o servidor WANDERLEY DA SILVA, matrícula 1590-0, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão M30, para considerar o servidor aposentador por invalidez integral, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, com diagnóstico feito em 24/11/2005.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.



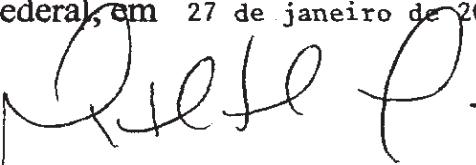
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 155 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e dos Processos n.ºs **001041/06-1 e 001144/06-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **CARLOS ROBERTO SOARES DA SILVA**, matrícula n.º 162040, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assessor Técnico e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria para o Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.



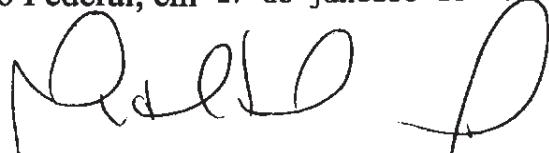
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 156 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001041/06-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TADEU EDIR PAMPLONA**, matrícula n.º 161473, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.



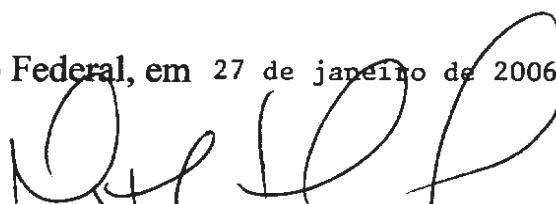
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 157 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001172/06-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BEATRIZ BARROS NASCIMENTO**, matrícula n.º 187267, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Maguito Vilela, a partir de 25 de janeiro de 2006.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.



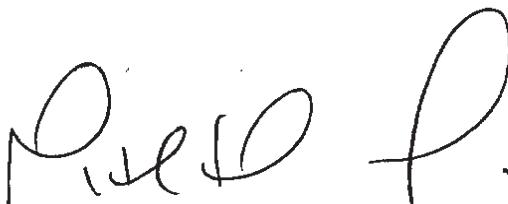
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 158 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IX do art. 1.º do Ato da Comissão Diretora n.º 12, de 1995, e tendo em vista o constante do Processo n.º 1001/06.0,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 52, de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 17/01/2006, que reverteu JOSÉ DE RIBAMAR ABREU LIMA para o serviço ativo, em virtude de dedido de reexame, conforme previsto no art. 48 c/c o art. 33 da Lei n.º 8.443, de 16/07/1992.

Senado Federal, 27 de janeiro de 2006.



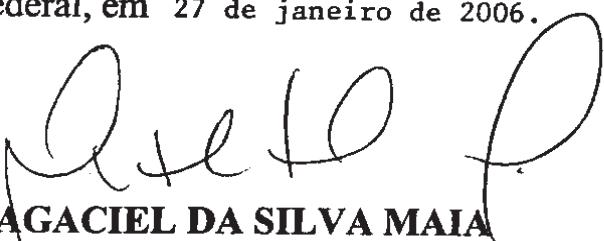
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 159 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 020014/05-8,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4369, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3385, de 21/12/2005, que nomeou **RENATO ANTONIO BORGES DIAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.



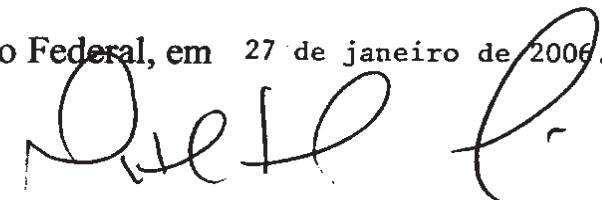
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 160 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 020014/05-8 e 000948/06-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RENATO ANTONIO BORGES DIAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.



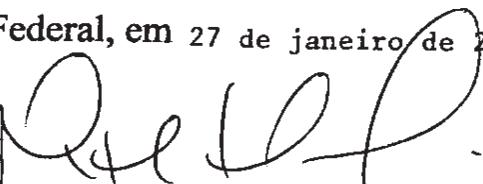
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 161 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001173/06-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSINHA BARROS NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.



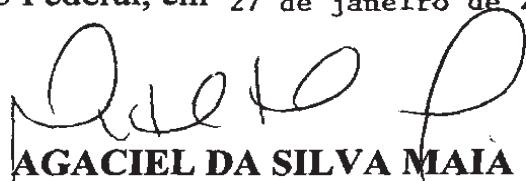
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 162 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001234/06-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, JORGE NEMETALA JOSÉ FILHO para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.

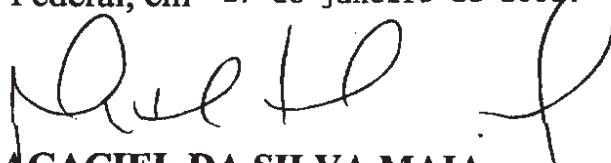

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 163 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001263/06-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELEN MENDONÇA DE QUEIROZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 164 , DE 2006

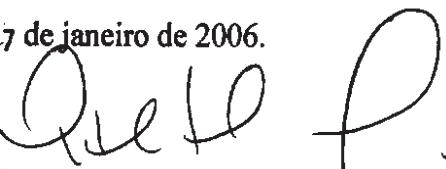
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no ato de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o constante do Processo nº 012.818/01-1,
RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor José Tadeu Amorim, matrícula nº 4753-6, em **substituição** ao servidor Aloysio Novais Teixeira, matrícula nº 3727-0, para compor a Comissão instituída pela Portaria nº 142, de 2001, do Diretor-Geral.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	P - SOL	ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	PMDB	Heloísa Helena
	PARÁ	PSDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotonio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PFL	SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	BLOCO - PSB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PMDB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	PSDB	AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PSDB	PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	BLOCO - PT	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PDT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PSDB	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	P - SOL	Tião Viana
	GOIÁS	BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	PP	DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	Sem Partido	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PFL	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PSDB	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSB	TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PMDB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PSDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PSB	AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	PMDB	RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	BLOCO - PT	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	PTB	RORAIMA
PL	Magno Malta	PDT	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PMDB	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva		Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaias Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDb
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER - PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPIINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA - PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO - PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA - P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE - PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALEÓ PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA - PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL - PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI - PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIAKI - PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

- (1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
- (2) VAGA CEDIDA PELO PFL
- (3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
- (4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
- (5) O SENADOR PAPALEÓ PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
- (6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: juloric@senado.gov.br

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza³
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres⁴

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago) ¹		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (Vago) ⁵		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camara	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 17.1.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

² O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

³ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁴ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁵ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005 – SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 27.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEbet (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)
--	--

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



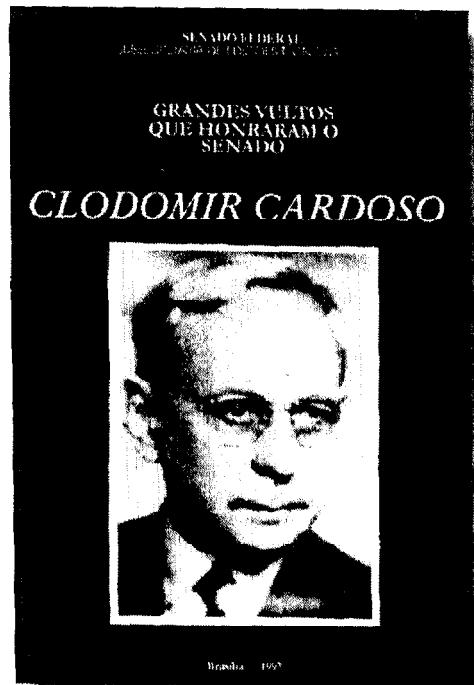
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS